

O FENÔMENO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES

*Elizabeth Remor Krowczuk**

RESUMO: Apresenta e analisa criticamente conceitos da Participação Social com posicionamento em relação ao atual modo de organização da sociedade brasileira, explorando um pouco a visão Psicanalítica do Fenômeno. Trata do conceito de Participação Social na perspectiva de integração e transformação social com reflexões sobre o Planejamento Participativo no Brasil, mostrando a exclusão social a partir de 1964.

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa o resultado de uma pesquisa bibliográfica, com reflexões e questionamentos referentes a estudos já realizados sobre o tema Processos e Técnicas de Planejamento Educacional.

O tema "Planejamento Participativo" tem sido mencionado com muita frequência, como também o de "Pesquisa Participante", principalmente nos planos e programas dos setores Saúde e Educação do país.

Como profissional de Saúde e Educação, habituada a questionar a política de saúde educacional adotada pelo governo brasileiro, após 64 até início dos anos 80, de total exclusão social e não participação da população na resolução de problemas na esfera sócio-econômico e política da Nação, despertou em nós uma grande curiosidade em obter respostas. Por que nos últimos anos o próprio governo

*Professora Assistente do Departamento de Assistência e Orientação Profissional da Escola de Enfermagem da UFRGS. Regente da disciplina Administração da Assistência de Enfermagem Materno-Infantil. EE-UFRGS.

Enfermeira Especializada da SSMA RGS – Ambulatório de Saúde Mental – Centro de Saúde nº 2. Enfermeira Especializada em Saúde Pública, Neuropsiquiatria Infantil, Sexologia, Metodologia do Ensino Superior, Enfermagem do Trabalho. Mestranda de Planejamento da Educação – FACED/UFRGS.

propõe que a comunidade participe no planejamento e nos programas dos setores de desenvolvimento social? O que faz uma pessoa ser participante?

Diante dessas dúvidas e questionamentos, escolhi trabalhar o tema "O Fenômeno da Participação Social e suas implicações", e a estreita relação deste com o planejamento participativo.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns conceitos de Participação Social. Após, nos detivemos em explorar um pouco a visão psicanalítica do fenômeno em questão. O terceiro trata do Conceito de Participação Social, e o quarto, apresenta algumas reflexões sobre o Planejamento Participativo no Brasil.

Nas conclusões procuramos sumarizar nossas idéias a respeito do tema.

1. CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Participação é um dos conceitos mais utilizados na prática dos intelectuais ou técnicos pertencentes ao Estado, seja através dos discursos ou inserido nos planos do governo.

Primeiramente seria interessante apresentar alguns conceitos de participação, para a compreensão e reflexão do seu real significado.

Segundo pesquisa realizada, damos a seguir alguns conceitos de "participação":

"Interação dinâmica de dois ou mais sistemas, em que cada um deles influi e é influenciado pelos demais, constituindo este intercâmbio um evento característico. Na Psicologia Social "participação" é a quota parte de cada indivíduo, direta ou indireta, numa atividade grupal. Na Psicologia de Inteligência de Piaget, participação é o modo infantil de pensar, em que os acontecimentos externos não se distinguem dos internos e em que qualquer coisa apenas pensada se reverte de tanta realidade quanto um fato ou acontecimento objetivo" CABRAL, 1971 apud FARIA et alii (1977).

"Ato de compartilhar da interação social. Participação Social significa, ao mesmo tempo, participação cultural. Esta varia grandemente de extensão e intensidade, de acordo com o grau de diferenciação social. Em sociedades pouco diferenciadas, as variações são determinadas pelas restrições que costumes e tradições impõem aos sexos e grupos de idade. Em sociedades estratificadas as variações coincidem com as diferenças de classe ou casta, muitas vezes complicadas por diferença de profissão e educação. As diferenças culturais entre camadas da mesma sociedade são em última análise, diferenças de participação cultural" FORACCHI & MARTINS (1977).

Segundo BORDENAVE (1983), participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.

Concordamos com a definição do autor acima, embora ressaltando a sua generalidade, pois o modo de organização atual da sociedade brasileira apresenta uma estrutura de classes antagônicas, não sendo por isso possível a participação de todas as camadas nos processos por ele mencionados, visto que os meios de produção são de propriedade privada de uma parcela mínima da população, que se situa na classe dominante. Sendo assim, não vemos que interesse teria esta classe no processo participativo — em seu sentido político — a não ser na força de trabalho da classe trabalhadora.

2. CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE À COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ao tentarmos elaborar uma contribuição sob o ponto de vista psicodinâmico do fenômeno PARTICIPAÇÃO, torna-se necessária uma reflexão sobre como o indivíduo se desenvolve desde a infância até a maturidade, chegando a um conhecimento das principais forças que influenciam seu desenvolvimento.

“O homem é sozinho e ao mesmo tempo relacionado com outros. Ele é sozinho por ser uma entidade original, não idêntica a outrem, e cômico do próprio eu como uma entidade independente. Ele tem de ficar sozinho quando precisa julgar ou tomar decisões, exclusivamente baseado no poder de seu raciocínio. E, no entanto, ele não suporta ficar sozinho, desligado de seus semelhantes. Sua felicidade depende da solidariedade que sente com os outros homens, com as gerações passadas e futuras” (FROMM, 1972, p.46).

O homem, em todas as sociedades, sente necessidade de pertencer a alguma unidade social, “mobilizado por fatores psicológicos, tais como: o companheirismo, o encorajamento, a segurança, o prestígio” (RALPH LINTON, 1970, apud FARIA et alii 1977).

Participando, o homem se associa a um grupo pequeno ou grande. “Um grupo consta de indivíduos num relacionamento recíproco e, portanto, a compreensão da personalidade é o fundamento para compreender a vida social” (KLEIN, 1968, p.1).

É por isso que as primeiras relações objetivas do homem constituem a nossa principal preocupação na Psicanálise. Assim, a tarefa de adaptação do homem ao homem apresenta-se desde o princípio de vida.

Além disso, o homem adapta-se a um meio do qual uma parte não foi, mas outra parte já foi afeiçoada, moldada, tanto pela espécie humana como ele próprio. O homem não só se adapta à comunidade, mas também participa ativamente na criação das condições a que deve adaptar-se. O meio em que o homem vive é, cada vez mais, moldado pelo próprio homem. Assim, a adaptação crucial que o homem tem que fazer é a estrutura social e sua colaboração em criá-la (HARTMAN, 1968, p.198).

“Muitos fenômenos sociais. . ., tais como a participação, mostram correspondência estreita com processos psicóticos nos indivíduos. Melita Schmeberg, por exemplo, assinalou o conteúdo psicótico de muitas cerimônias e ritos primitivos” (JAQUES, 1969, p.15).

A experiência na clínica psicanalítica de JAQUES, levou-o a observar que “a medida em que são utilizadas as instituições por seus membros individuais para reforçar seus mecanismos de defesa contra a ansiedade psicótica e em particular, contra a recorrência de prematuras ansiedades paranóides e depressivas descritas primeiramente por Melaine Klein” (JAQUES, 1969 apud FARIA et alii 1977).

“Ao relacionar o comportamento social com a defesa contra a ansiedade psicótica, não quero de nenhuma maneira sugerir que as relações sociais não servem a outra função que não a este tipo de defesa. Os exemplos de outras funções, a igualmente importante expressão e gratificação de impulsos libidinosos em atividades sociais construtivas, assim como a cooperação social em instituições que proporcionem oportunidades criativas e sublimatórias” (Jacques, p.16).

JAQUES (1969) enfatiza como os mecanismos de identificação projetiva e introjetiva operam ao vincular a conduta social e individual.

As razões de “refratariedade à mudança de muitas tensões sociais e grupais podem ser mais claramente apreciadas se as vemos como resistências de grupos de pessoas inconscientemente aferradas às instituições que medo têm porque as mudanças nas relações sociais ameaçam perturbar as defesas sociais existentes contra a ansiedade psicótica (JAQUES, 1969, p.17).

O mesmo autor chama a atenção para o fenômeno de que “podem produzir-se mudanças nas funções inconscientes de uma instituição através da mudança no pessoal, sem que necessariamente haja mudança aparente nas funções ou estrutura manifesta. E reciprocamente, como tantas vezes se observa, a imposição de uma mudança ou a implantação de uma nova programação na estrutura manifesta, ou na cultura com o objetivo de resolver um problema, deixam o mesmo sem re-

solter-se porque as relações inconscientes seguem sendo as mesmas” (FARIA et alii, 1977).

Em sua obra “A Psicologia das Massas e a Análise do Eu”, Sigmund Freud toma como ponto de partida na psicologia grupal, para a pré-disposição para a PARTICIPAÇÃO, a relação entre as pessoas, um grupo, e destes, com seu líder. O essencial desta relação são os mecanismos da identificação dos participantes com o líder e destes entre si. Reforça então, a relação com formas mais precoces de conduta e pelas emoções mais primitivas da mente infantil “e sua conexão com os processos mentais adultos” (KLEIN, 1968, p.6).

Devemos a Freud e a Abraham a grande descoberta de que a Projeção e a Introjeção são de máxima importância na vida mental normal. Melaine Klein construiu, a partir do seu trabalho psicanalítico, que “a Introjeção e a Projeção funcionam desde o começo da vida pós-natal como uma das atividades mais primitivas do Ego, que a meu ver opera a partir do nascimento. Como Freud, Melaine Klein vê a Introjeção como um dos processos primários mediante os quais a criança estabelece relações emocionais com seus objetos. Porém, ela considera que a Introjeção atua com o processo de Projeção na realização destas relações” (FARIA et alii, 1977).

Isto nos leva a acreditar que a Identificação do Ego como um objeto é Identificação por Introjeção. Porém, a substituição do ideal do Ego por um objeto externo nos parece conter explicitamente o conceito de Identificação por projeção. Este processo perdura através de cada estágio de nossa vida.

Em sua obra “Psicologia das Massas e Análise do Eu” Sigmundo Freud sublinha dois exemplos de participação, o Exército e a Igreja, assinalando que o soldado substitui o seu Ideal de Eu pelo líder que se transforma em seu ideal, enquanto que o cristão leva a Cristo em seu interior “como seu ideal e se identifica com ele” FREUD (1965).

Do ponto de vista de ERIKSON (1974) “cada pessoa para tornar-se adulto ou amadurecido, precisa desenvolver suficientemente todas as qualidades integradoras do Ego. A integridade do Ego, portanto, implica uma integração emocional que permite a participação como “seguidor”, bem como a aceitação da responsabilidade de liderança”.

3. O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO E DE TRANSFORMAÇÃO

Os Setores de Educação e Saúde no Brasil, como em toda a América Latina, vivem na atualidade um grande momento de crise. Tal constatação mostra a necessidade de se refletir sobre possíveis pontos

que têm influenciado o âmago da crise, e sobre os quais mudanças se fazem necessárias.

No planejamento de educação e saúde, verifica-se a falta de participação da comunidade. Observa-se, na maioria dos programas, que são modelos impostos de fora ou de cima, não indo ao encontro das reais necessidades da população.

A alimentação, a habitação, o saneamento do meio, o trabalho, a educação e as condições de vida são fatores de grande importância, como tudo o que obriga o homem a preservar sua identidade, dignidade, e abrir novas possibilidades para o seu próprio desenvolvimento.

Constitui-se tarefa difícil trabalhar todos os questionamentos porém é preciso que a comunidade descubra quais as questões específicas e mais importantes para planejar ações que proporcionem melhor qualidade de vida, e a redução das desigualdades sociais.

Para que possam alcançar seus objetivos, é necessário conquistar o espaço de participação, utilizar-se de meios que ampliem gradativamente estes espaços. Em termos de política social, "participação é ao mesmo tempo instrumento e finalidade". (DEMO, 1982, p.153). É um instrumento essencial de promoção social, porque é através dele que se chega à auto-promoção. A ação participativa é o meio e forma de superar o assistencialismo, bem como a tendência residualista e economicista de política social. Portanto, é também finalidade, porque a auto-promoção é profundamente participação. Para que haja satisfação das necessidades básicas do ser humano, exige-se que ele produza. Como valor, a produção não é um fim em si, como é a participação, mas podemos esvaziar uma ou outra, na medida em que as isolarmos ou contrapusermos.

A produção sem compromisso com a participação leva exclusivamente a atender interesses da classe dominante, acumulação de bens e concentração do poder. Isto tem sido comprovado tanto nas sociedades capitalistas como nas socialistas. A questão da produção em abundância e da apropriação dos bens de produção por parte dos que estão no poder, e a manutenção das desigualdades sociais, se perpetuará se as classes dominadas não se posicionarem através de ações conjuntas e que resultem em transformação social. A participação deverá ser espontânea, e não concedida ou forçada pelo intelectual (educadores, trabalhadores sociais, estudantes, profissionais militantes), ou técnicos pertencentes aos órgãos do ESTADO.

A auto-promoção constitui-se no percorrer de uma trajetória, com dissabores e pequenas conquistas diante dos grandes obstáculos nas esferas sócio-econômica e política. As estratégias utilizadas através do

planejamento democrático, na maioria das situações, são armadilhas do ESTADO contra a massa. Assumindo atitudes paternalistas, através do assistencialismo, proporcionam à população remédios paliativos para seus males, mantendo-o em estado de alienação e não reflexão para questões que afetam a sociedade.

Algumas propostas oferecidas pelo ESTADO são simplistas por atribuírem à participação o poder de induzir uma determinada parcela da população a superar o subdesenvolvimento ou a marginalização em que vivem, através de sua integração no processo de desenvolvimento. Entenda-se marginalização como "caracterizada pela falta de participação de parcela da população na sociedade enquanto rede de recursos e benefícios e enquanto rede de decisão" (KOVARICK, 1977, p.42). Nessa posição, subentendem-se as colocações de BAPTISTA (1981), CORNELLY (1980) e outros. As colocações desses autores pressupõem que o indivíduo se defronta com duas opções de participação social: passiva e ativa. Quando o indivíduo tem possibilidades apenas de acesso aos bens, serviços e outros recursos de uma dada sociedade, ele está participando passivamente, ou seja, ele apenas tem usufruto desses mecanismos, adaptando-se aos valores e às exigências da sociedade moderna.

Quando o indivíduo, além de usufruir dos bens e serviços dessa sociedade, tem acesso às instituições, canais que formalizam e possibilitam a participação social nos diversos níveis hierárquicos, afirma-se que esse tipo de participação é ativa e caracteriza-se pelo acesso do indivíduo às decisões política-administrativas, voltadas para a implementação de programas oficiais que deverão concretizar as políticas sociais.

Nessa acepção, está presente a idéia de existência de grupos marginais na sociedade. Esses grupos caracterizam-se a partir dos limites de sua participação no sistema social, que é restrita aos níveis sócio-econômicos, em confronto com outros grupos da mesma sociedade e aos quais se vinculam.

Tendo como referência o homem, ou indivíduo, caracteriza-se a marginalização pelos "baixos índices sócio-econômicos e por um quadro sócio-cultural marcado pela anomia, isolamento, prostração e fatalismo, enfim por uma constelação de normas, valores, tipos de conduta e aspirações não condizentes com as formas organizativas e associativas próprias de uma sociedade complexa diversificada e competitiva" (KOVARICK, 1977, p.43). Considera-se que entre desenvolvimento e marginalidade não há antagonismo, pois o desenvolvimento gera desequilíbrios, tanto sociais como econômicos, e os grupos que detêm o poder de decisão estão apoiados na existência dos grupos marginais. A efetivação do desenvolvimento opera-se também a partir da integração desses

grupos; porque eles são componentes da própria estrutura que os marginaliza. Todavia, esses grupos não estão à margem do sistema social, mas tem uma maneira própria de pertencer ao mesmo, não somente, por seus limites de participação social, mas também pelo seu posicionamento em relação ao desenvolvimento proposto e à estrutura básica da sociedade.

A concepção de homem que se evidencia numa sociedade regida pelo princípio de integração é a concepção de homem egoísta, isolado, que precisa ser educado, orientado para viver em sociedade DURKEIN (1974).

Segundo PARSONS (1951), o homem possui características culturais e sociais desvinculadas do tipo de sociedade a que pertence, mas apresenta flexibilidade para assimilar, internalizar e reproduzir os valores, as normas e as experiências de outras sociedades. Nesse caso, as normas e valores vigentes em uma dada sociedade podem ser tomadas em dado momento histórico, generalizando-se e tornando-se coisas exteriores aos indivíduos.

Retomando algumas idéias de DURKEIN (1974), a sociedade é vista por PARSONS (1951) como um todo harmônico, estável e sistêmico. Assim, a socialização é necessária para a constituição e manutenção dos sistemas sociais em forma de sociedades. A sobrevivência do sistema está condicionada à assimilação e internalização pelos indivíduos dos valores e normas que regem o funcionamento do mesmo. Nessa percepção de sistema social, as instabilidades e os desajustes são ocasionais e não são inerentes ao sistema. Os indivíduos, para sobreviver, precisam atender às exigências do sistema social e do sistema de personalidade. Percebe-se nitidamente uma interdependência entre os indivíduos e o sistema; o sistema concede ao indivíduo uma série de benefícios tornando-o dependente dele; assim, o indivíduo obriga-se a aceitar as imposições do sistema, garantindo a harmonia e o equilíbrio do todo. O indivíduo constitui-se, desse modo, em um elemento funcional do sistema.

O intelectual ou técnico em planejamento, ao aceitar essa concepção de mundo, orienta sua prática, geralmente desenvolvida em instituições, no sentido de ativar o desenvolvimento econômico, abrindo canais de participação social, rompendo padrões tradicionais para inserir o moderno, mediante a mobilização social dos grupos sociais oprimidos, considerados classes marginais, orientando e dirigindo suas reivindicações para os centros decisórios, localizados muitas vezes nas instituições do ESTADO.

As oportunidades para a participação social estão sendo "oferecidas" pela sociedade aos indivíduos que, para melhoria do nível de

bem-estar, deverão participar, integrando-se ao desenvolvimento e contribuindo para o progresso. O progresso é o progresso de divisão do trabalho, que se impõe pelo crescimento do volume e da densidade moral das sociedades, pela intensificação dos contatos e das relações sociais (FORACCHI & MARTINS, 1977, p.4).

A participação social ao nível dessa concepção de mundo desenvolve-se tendo em vista garantir também a adesão da população aos programas governamentais na área do desenvolvimento social.

De outro lado, uma outra corrente de pensamento parte do pressuposto de que a participação social e a integração não são exteriores às estruturas da sociedade e não estão situadas no plano genérico e indeterminado, mas são inerentes aos processos sociais globais e configuram-se a partir de situações histórico-sociais concretas originadas do homem, em uma dada sociedade num processo de relações sociais que os determinam. Essa concepção é adotada por aqueles que defendem a participação social entendida como processo e, portanto, contínua e inerente ao momento histórico de uma sociedade objetiva. Vê-se a participação social como processo que "privilegia a noção de estrutura econômica, política e ideológica nas formações sociais concretas, procurando nas diferentes etapas históricas as causas que geram a marginalidade e a participação" (LIMA, 1980, p.35).

GRAMSCI concebe "o homem como uma série de relações ativas (um processo) em que, se a individualidade tem sua máxima importância, não é porém o único elemento a considerar" (GRAMSCI, 1978, p.48). Ele pensa o indivíduo em relação com outros homens e com a natureza. Todavia, estas relações são complexas e estabelecidas organicamente, isto é, o indivíduo passa a relacionar-se com outros homens sempre através de organismos, de sociedades, das mais simples às mais complexas. Suas relações com a natureza se dão de forma ativa, por meio do trabalho e da técnica. Porém, estas relações não são mecânicas, são ativas e conscientes, correspondendo ao grau maior ou menor de inteligência que delas têm o homem particular. Afirma-se, desse modo, que cada um muda a si mesmo, e sua modificação é decorrente da mudança que se opera em todo o conjunto de relações de que ele é o centro de ligações.

Destas relações, umas podem ser necessárias e outras voluntárias. A complexidade desse processo leva ainda a aceitar a afirmação de que não basta conhecer o conteúdo do conjunto de relações que se realizam em dado momento, com um dado sistema. É necessário, também, conhecer as suas formações, considerando que cada indivíduo não é apenas a síntese das relações existentes mas também da história dessas relações, é o resumo de todo o passado.

Nesse sentido, para entender as relações orgânicas de que nos fala GRAMSCI, (1978, 1979) é fundamental a compreensão de sua concepção de sociedade, ou seja, na sua própria aceção, totalidade da realidade social.

Sabemos que sua proposta a respeito desse tema reflete a explicação da formulação social italiana aplicando concretamente o conceito de Bloco Histórico. Nesse estudo, é de nosso interesse compreendê-lo enquanto concepção de uma realidade social. Assim, o Bloco Histórico é a relação orgânica e dialética entre estrutura e superestrutura. Como o próprio GRAMSCI (1978, 1979) diz, "a infra-estrutura e a superestrutura formam o Bloco Histórico ou seja, o conjunto complexo — contraditório e discordante da superestrutura é o reflexo das relações sociais de produção."

A estrutura ou infra-estrutura são representados pela sociedade econômica, e a superestrutura forma um conjunto complexo com duas instâncias essenciais: a sociedade política, que agrupa o aparelho do ESTADO; a sociedade civil representando a maior parte da superestrutura.

O conceito de Estado proposto por GRAMSCI (1978, 1979) formulado a partir da revisão do pensamento Marxista. Marx considera o Estado uma instância exclusiva da coação e da violência. E o define: "ESTADO, isto é sociedade civil mais sociedade política, hegemonia revestida de coerção". A sociedade política caracteriza-se por concentrar o poder repressivo da classe dirigente (Governo, Tribunais, Exército e Polícia) e a sociedade civil "é o conjunto dos organismos vulgarmente ditos privados e corresponde à função hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade (igreja, escolas, sindicatos, clubes, associações, meios de comunicação de massa e outros)"

Para GRAMSCI (1978, 1979) a sociedade civil expressa o momento da persuasão e do consenso; é o espaço onde se dá a produção e difusão da ideologia na formação de um consenso, em conjunto com a repressão e a violência, expressão da sociedade política, que assegura a manutenção da estrutura de poder (ESTADO). Na sociedade civil, a dominação se manifesta sob a forma de hegemonia; na sociedade política, sob a forma de ditadura.

Para GRAMSCI (1978, 1979) hegemonia é, ao mesmo tempo, direção e dominação da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política. Sua contribuição em termos de sociedade civil vem fundamentar e orientar o nosso entendimento sobre a participação social.

Na sua proposta de práxis, GRAMSCI (1978) refere um papel fundamental para os intelectuais na produção e difusão de ideologia e

ciência na formação de um novo Bloco Histórico. É o intelectual que garante a sustentação do sistema ideológico vigente, se ele é tradicional, ou a transformação, se ele é orgânico. A compreensão da sociedade, a partir deste referencial teórico, oferece possibilidades para pensar em uma nova estrutura para a sociedade, a ser construída com o auxílio das instituições da sociedade civil, onde as atividades intelectuais assumem especificações diversas.

Deste modo, ele permite pensar na possibilidade de uma prática de trabalho que contribua para a formação do intelectual orgânico da classe trabalhadora que nasce de uma transformação do modo velho de pensar, de conhecer, de ser intelectual, para engajamento junto às classes subalternas, ajudando-as a ocuparem o espaço a que têm direito na sociedade.

Assim como não há o desenvolvimento da consciência de si, se não por efeito do conhecimento das coisas existentes independentemente dela, tampouco há o aumento do saber da realidade, sem o progressivo desenvolvimento da consciência de si.

O estímulo e a valorização do trabalho grupal levam as comunidades a pressionarem os grupos dominantes, a tomar decisões que beneficiem as classes subalternas no sentido de poderem participar em todas as etapas do planejamento para solução dos problemas que afetam a população.

A participação social, através do planejamento participativo, aproxima-se muito das modernas teorias de "liberação humana" de ILLICH (1973) e das idéias básicas da "pedagogia da libertação", desenvolvida por FREIRE (1981).

A valorização do homem, inserido no seu tempo e seu espaço, leva-o à busca de alternativas para posicionar-se frente à estrutura política, econômica, social e cultura do contexto, conduzindo-o a ter consciência de seu papel na sociedade. Quanto mais aguçada for sua reflexão, melhores condições terá para dar e receber experiências.

4. REFLEXÕES SOBRE O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NO BRASIL

Embora o discurso da participação, a nível de planejamento, pareça uma novidade, é importante situarmos historicamente o planejamento participativo no Brasil. Uma proposta oficial de participação da população na resolução dos problemas nacionais deve sempre ser analisada dentro do contexto histórico em que ocorre.

No período posterior a Segunda Guerra Mundial, ocorreram modificações internas no país — crescimento da urbanização e da industria-

lização, formação da classe trabalhadora, surgindo o fantasma de participação popular.

Em termos histórico-estruturais, existe um consenso na análise de que a sociedade brasileira é marcada pelo elitismo, pelo autoritarismo e pelo paternalismo dos grupos e setores dominantes nas relações sociais em geral, como tipo de colonização, de estrutura social e das formas de governo que nos caracterizam desde os primórdios do descobrimento WANDERLEY (1984).

Com o advento da República, o poder de oligarquia rural e dos "coronéis" se fortaleceu. A Reforma administrativa instituída por Vargas, sob as cores de um discurso liberal e paternalista, se caracterizava, na verdade por uma centralização excessiva das decisões e a burocratização do ESTADO GARCIA (1978).

No Brasil, o envolvimento das massas populares no processo político foi mais intenso sob as características do populismo CAMARGO (1976).

Após a formação do sistema partidário, os partidos que se diziam mais voltados aos trabalhadores passaram a se referir à massa. Na estrutura sindical, a figura do pelego amorteceu as pressões sociais.

Nos anos 50/64, ascendeu parte da classe média desligada do Estado, houve a luta pela gratuidade do ensino, reivindicaram-se as reformas de base, irrompeu intensa mobilização popular no campo e na cidade, crescendo os movimentos de alfabetização e de cultura popular. O populismo, em certos países da América Latina, ganhou tal intensidade que chegou-se a falar em passagem da "participação ampliada" para a "participação total", o que na realidade é uma utopia.

Depois de 64 até início dos anos 80, o processo de modernização implementado foi o de exclusão social, e a participação sofreu duro golpe manifestado pela tomada de decisões por critérios tecnocráticos e autocráticos, pelo distanciamento do povo, por desconsiderar as massas urbanas, considerando-as apenas consumidoras, e pelo controle exercido sobre as associações de classe e os partidos políticos.

O modelo econômico implantado, baseado na compressão dos rendimentos dos trabalhadores, dentro da tese de que era preciso fazer crescer o bolo para poder dividir, teve como consequência a degradação das condições de vida da classe trabalhadora.

Houve um aumento acentuado da mortalidade infantil e dos níveis de desnutrição, condições insalubres de trabalho, baixas taxas de escolarização, baixos salários e aumento das taxas de desemprego.

A estes aspectos, somavam-se problemas de ordem administrativa, que comprometiam a imagem de eficiência e eficácia propagandeada pelos tecnocratas do setor público.

A falência do modelo econômico proposto, somado ao descontentamento por parte da população assalariada, que começa a se manifestar, exige que o governo adote medidas efetivas que o legitimem. No entanto, agora não mais de forma tão coercitiva, mas através da obtenção de consenso, pela manipulação ideológica das massas populares. É na necessidade de legitimação, que reaparece a proposta oficial de participação da população na resolução dos problemas.

E essa proposta surge primeiramente nos setores do desenvolvimento social, como a educação, saúde e saneamento básico, enfatizando a importância de se utilizar os recursos próprios da comunidade, criando nos indivíduos um sentimento de responsabilidade, garantindo o sucesso dos programas que embora elaborados num nível centralizado de decisões, vizariam o bem-estar das comunidades CARVALHO (1980). Como diz (PELLEGRINI F^o et alii, 1978 p.22):

“Resolver os problemas de uma determinada comunidade unicamente através de um melhor aproveitamento de seus recursos, traduz a concepção de que os problemas locais são locais, não somente em sua expressão como em sua origem. Pretende-se desta forma romper as relações entre os problemas locais e gerais, ou seja, esvaziar a dimensão estrutural dos problemas locais. A participação é limitada, restrita, não se abrindo canais que permitam uma participação ao nível das grandes decisões de caráter nacional ou seja, uma verdadeira participação. Cria-se desta forma uma ilusão de participação, efetivando-se na realidade um processo de manipulação”.

A proposta de participação dentro do contexto global foi algo forçado pela própria classe trabalhadora na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, e através do progressivo desenvolvimento da consciência crítica e da conquista de pequenos espaços na sociedade.

A própria classe trabalhadora, ao posicionar-se diante daqueles que representam o ESTADO, os força ao discurso oficial de propor a participação popular de forma ativa consciente e organizada no sentido de um planejamento que priorize as necessidades reais da população.

Iniciada a abertura, a participação ganha um novo fôlego e se expressa com novos conteúdos e formas. O importante é refletir e saber interpretar o real interesse do governo que o povo participe.

5. CONCLUSÃO

Essa proposta de estudar e tentar algumas reflexões sobre os temas trabalhados no curso de mestrado foi algo muito estimulante no

sentido de aprimorar nossa consciência crítica de modo a nos possibilitar uma postura mais adequada em nossa prática diária, no momento de crise que vivenciamos, tanto no Brasil como em toda a América Latina.

Visualizando o exposto neste trabalho estamos cômnicos de estarmos longe de um planejamento participativo em nosso país, já que não há interesse das classes dominantes da perda do poder sócio-econômico e político.

A proposta de participação nos moldes atuais fica aquém do seu real significado. Ela é formulada em busca de soluções para problemas sociais sugerindo à população todo um poder de decisão que, na prática, lhe é negado, incutindo valores de harmonia social que servem para aliviar e desviar os pontos realmente conflitantes, direcionando a uma integração social de trabalho coletivo sem uma conscientização.

Se partirmos da idéia de que participação é um processo global que abarca todas as ações da sociedade e envolve todos os setores sociais em igualdade de condições e de oportunidades ela exige certos elementos que não podem ficar apenas na retórica, tais como:

- responsabilidade pessoal e coletiva, com mecanismos de cobrança constantes;
- informação ampla e acessível, que elimine o sigilo arbitrário;
- organização formal e informal, que permita acesso aos assuntos da comunidade e a Nação;
- pluralismo em todas as dimensões, que contemple coloração nos assuntos essenciais;
- atuação ativa e consciente em planos, programas, no planejamento em geral;
- diálogo constante entre técnicos e população, trocando informações, avaliando etc; e
- novas formas de institucionalização que impeçam a burocratização (WANDERLEY, 1984 p.54).

Segundo Brandão e Demo "a participação é um processo histórico de conquista, ela não existe dada, nem outorgada, nem preexiste, nem nunca é suficiente".

Entende-se por planejamento participativo um processo político onde o intelectual orgânico (planejador, educador, profissional militante), e a população trabalham juntas em todas etapas: a partir da identificação de reais necessidades, da reflexão, da busca de alternativas e da tomada de decisão diante dos problemas que afetam a comunidade. É a própria população que decidirá sobre seu futuro. O intelectual deverá assumir uma postura não condutora mas sim apoiar, assessorar a popula-

ção no saber conquistar seus espaços na sociedade e libertar-se através do domínio do conhecimento.

Parece-nos que para ocorrerem mudanças, há a necessidade também de cada vez mais os intelectuais tornarem-se críticos frente seu posicionamento, seus valores, não simplesmente recebendo informações ou transpondo sistemas de outros países para o nosso, mas que busquem fazer surgir de dentro de nossa cultura as condições para um verdadeiro processo de mudanças.

Compreendemos, ser o planejamento participativo uma forma de proporcionar ao homem a troca de experiências, o refletir, o desenvolvimento da consciência crítica, o assumir responsabilidades, o crescer juntos e tomar decisões que atendam as necessidades da comunidade na qual está inserido, tornando-se assim um agente de transformação social e, assim construir um mundo melhor.

SUMMARY: Introduces and makes a critical analysis of Social Participation concepts, taking a stand regarding the present organizational model of the Brazilian society, exploring to some extent the psychoanalytic view of the phenomenon, dealing also with the concept of Social Participation on the perspective of Social Integration and Transformation, commenting upon the participative planning in Brazil and showing social exclusion initiated in 1964.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, H.M.R. et alii. *Planejamento participativo em discussão*. Porto Alegre, PGEDU-UFRGS, 1983.
2. BAPTISTA, M.V. *Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social*. 4.ed. São Paulo, Moraes, 1981.
3. BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
4. BRANDÃO, C.R. org: *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 252p.
5. _____ *Pesquisa participante*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
6. CABRAL, A. *Dicionário de psicologia e psicanálise*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1971.
7. CAMARGO, C.P.F. et alii. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. 5.ed. São Paulo, Loyola, 1976.

8. CARVALHO, A.J. de. *Saúde e educação de base*. Porto Alegre, 1980 5p. mimeogr.
9. CORNELLY, Seno A. Subsídios sobre planejamento participativo. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Subsídios e planejamento participativo*. Brasília, 1980.
10. DEMO, P. Participação é conquista. In: BROMLEY, Ray ? BUS-TELO, Eduardo. *Política x técnica no planejamento, perspectivas crítica*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Cap.5.
11. DURKHEIN, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Nacional, 1974. Cap. 1-2.
12. ERIKSON, E.H. *Childhood and society*. Londres, Penguin Books, 1974.
13. FARIA, C. et alii. *Participação social*. Porto Alegre, PUC, Faculdade de Serviço Social – Curso Mestrado, 1977. (Trabalho de disciplina).
14. FERREIRA, F.W. *Planejamento sim e não*. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
15. FORACCHI, M.A. & MARTINS, S.S. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.
16. FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 13.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
17. _____. *Pedagogia do oprimido*. 10.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
18. FREUD, Sigmund. *A psicologia das massas e análise do eu*. Rio de Janeiro, Delta, 1965. v.6.
19. FROMM, E. *Análise do homem*. 8.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
20. GARCIA, F.C. Modernização e reforma administrativa no Brasil: uma interpretação dos impasses e um projeto alternativo. In: _____. *Modernização administrativa*. Brasília, IPEA, 1978. (Coletânea de monografias).
21. GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
22. _____. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
23. _____. *Maquiável, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
24. _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
25. HARTMANN, H. *Psicologia do ego e o problema da adaptação*. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Popular, 1968.
26. ILLICH, I. *Libertar o futuro*. Lisboa, Viragem, 1973.

27. JAQUES, E. et alii. *Los sistemas sociales como defensa contra la ansiedad*. Buenos Aires, Horme Ediciones, 1969.
28. KLEIN, Melanie. Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In:_____. *O sentimento de solidão: nosso mundo adulto e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Imago, 1968. Cap.1, p.1-30.
29. KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
30. LIMA, S.B. *A participação social no cotidiano*. São Paulo, Cortez, 1980.
31. PARSONS, Talcott. *The social system*. Londres, Tavistock Publications, 1951. Cap.6.
32. PELLEGRINI Filho, A. et alii. A medicina comunitária, a questão urbana e a marginalidade social. In: GUIMARÃES, R. *Saúde e medicina no Brasil; contribuição para um debate*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
33. RALPH LINTON, F.D. *O homem: uma introdução a antropologia*. Rio de Janeiro, Livraria Martins, 1970. v.1.
34. WANDERLEY, L. *Pesquisa participante: aspectos educativos e sócio-políticos*. Em Aberto, Brasília, 3(20): abr. 1984.

Endereço do Autor: Elizabeth R. Krowczuk
Author's Address: Av. Protásio Alves, 297
90.000 - Porto Alegre - RS